RESUMO
Na interseção da aprendizagem e da diversidade humana encontra-se a fascinante disciplina da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), uma abordagem que reverbera em seu potencial transformador quando aplicada à educação inclusiva, especialmente no contexto do autismo. O autismo, com sua complexa tapeçaria de singularidades cognitivas e emocionais, desafia não apenas os limites do entendimento convencional, mas também as estruturas educacionais vigentes. É aqui que a ABA emerge como uma lente poderosa, capaz de decodificar os padrões comportamentais e desbloquear as potencialidades únicas de cada indivíduo no espectro autista. Na prática da ABA, cada interação se torna uma oportunidade de aprendizado personalizado, moldado pelas respostas individuais e pelas necessidades específicas de cada aluno. Da segmentação de tarefas complexas em passos pequenos e acessíveis à utilização de reforços positivos para consolidar novas habilidades, a ABA tece uma rede de apoio e estímulo em torno do aluno autista, promovendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento de autonomia e autoconfiança. A educação inclusiva, impulsionada pela ABA, transcende a mera coexistência de alunos diversos em um mesmo ambiente. Ela se fundamenta na crença intrínseca de que a diversidade é o tecido vital de uma sociedade enriquecida pela multiplicidade de perspectivas e experiências. Dessa forma, o autismo deixa de ser encarado como uma barreira a ser superada e passa a ser celebrado como uma faceta essencial da riqueza humana.

Palavras-chave: Aprendizado; Autoconfiança; Espectro Autista;

INTRODUÇÃO

A interação entre a ABA e a educação inclusiva no contexto do autismo não apenas desvenda novos horizontes para o aprendizado, mas também semeia os alicerces de uma sociedade mais empática, mais justa e mais acolhedora para todos os seus membros.
Portanto, a análise do comportamento aplicada à educação inclusiva, quando direcionada ao autismo, não apenas ilumina o caminho para a realização plena de cada indivíduo no espectro, mas também nos convida a repensar e aprimorar continuamente nossos sistemas educacionais, para que sejam verdadeiramente inclusivos, diversificados e enriquecedores para todos os envolvidos.
Este é o poder transformador da ABA na educação inclusiva: não apenas moldar mentes, mas também corações, e não apenas construir conhecimento, mas também construir pontes de compreensão e aceitação em direção a um futuro mais luminoso e inclusivo para todos.
A pesquisa atual inicia a partir da questão na qual os dados referentes à quantidade de indivíduos com incapacidades têm aumentado a cada ano, conforme indicado por Tokarnia (2019). Em um dado mais recente, observa-se que 8,4% da população do Brasil com mais de 2 anos de idade (ou 17,3 milhões de pessoas) possuem algum tipo de incapacidade, segundo os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Não há informações específicas sobre o tipo de incapacidade nos registros do IBGE; assim, existe uma estimativa de dois milhões de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA no país, conforme dados da Câmara dos Deputados (2014).
Considerando a presença de indivíduos autistas no Brasil, as políticas asseguram o direito de todos à educação, incluindo grupos sociais historicamente excluídos do ambiente educacional, como as pessoas com incapacidades, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, no Art. 205, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1988).
Com a inclusão desse novo grupo na escola, surgem desafios significativos, especialmente para os professores e toda a comunidade escolar, no sentido de promover uma educação inclusiva que não apenas permita o acesso, mas também a inclusão integral do

aluno, proporcionando uma educação de excelência, com um currículo apropriado, uma organização escolar eficaz e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas. Esse cuidado é essencial, pois, de acordo com Jara, Siqueira, Recaldes, Folmer e Machado (2020, p. 17), "trabalhar com alunos autistas é um processo desafiador e contínuo, exigindo dos professores disciplina, sensibilidade e desenvolvimento pedagógico".

Nesse contexto, uma das abordagens que tem demonstrado eficácia para o público em foco, de acordo com estudos conduzidos por Silva e Almeida (2021), Rosa e Albrecht (2021) e outros, é o método da Análise do Comportamento Aplicada - ABA. Segundo Rosa e Albrecht (2021), a ABA é uma disciplina que desempenha um papel fundamental no ensino de novas habilidades e no apoio à aprendizagem de alunos autistas na escola. Dada a complexidade do ensino para crianças com TEA, várias abordagens terapêuticas têm sido desenvolvidas, mas a ABA é considerada a mais abrangente, oferecendo uma variedade de intervenções que auxiliam no desenvolvimento da criança ao longo da vida, conforme ressaltado por Silva et al. (2022).

Dessa forma, surge a indagação: o que as pesquisas têm destacado sobre o impacto da Análise do Comportamento Aplicada - ABA na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar? Com esse propósito, o objetivo geral é compreender a contribuição da ABA na inclusão de crianças com TEA no contexto escolar.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA AO LONGO DA HISTÓRIA

Para entender o impacto da ABA na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na esfera escolar, é essencial abordar os conceitos fundamentais sobre o autismo, um breve retrospecto e o processo de diagnóstico. Nessa perspectiva, destaca-se como ponto de partida o termo autismo, derivado do grego, conforme Coutinho (2018), que significa "si mesmo", descrevendo o estado no qual um indivíduo se encontra predominantemente imerso em seu próprio mundo. Em 1911, o psiquiatra Eugéne Bleuler introduziu pela primeira vez o termo autismo com o propósito de descrever a tendência dos pacientes com esquizofrenia a se afastarem da realidade e se retrair para seu mundo interior (CUNHA, 2012).

Posteriormente, o psiquiatra infantil renomado Leo Kanner iniciou pesquisas científicas mais aprofundadas sobre o autismo, culminando, em 1942, no estudo intitulado "Autistic Disturbance of Affective Contact" - Perturbação Autística de Contato Afetivo. Esse estudo reconheceu a singularidade dos traços do autismo por meio de uma investigação envolvendo 11 crianças que exibiam comportamentos semelhantes entre si (ROSA & ALBRECHT, 2021).

O avanço das pesquisas sobre o autismo resultou na criação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM, pela Associação Americana de Psiquiatria - APA, com o objetivo de padronizar os diagnósticos de transtornos mentais em resposta às diversas classificações existentes nos EUA (ROSA & ALBRECHT, 2021).

No contexto brasileiro, a Classificação Internacional de Doenças - CID é uma referência para orientar o diagnóstico do autismo e para mapear estatísticas e tendências de saúde em nível global. A CID foi aprovada em 1893 e passa por revisões periódicas. Em 1989, com a décima revisão, foi possível atualizar a CID-10, conforme Laurenti et al. (2013).

Em relação ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), a CID tem passado por atualizações ao longo dos anos. A CID-10 descreveu três níveis de autismo: nível I (leve), nível II (moderado) e nível III (grave), cada um exigindo diferentes níveis de apoio. As características comuns do TEA incluem dificuldades em manter contato visual, ecolalia, interesses restritos, comportamentos repetitivos, dificuldades de comunicação e comprometimento das habilidades linguísticas expressivas e receptivas (ROSA & ALBRECHT, 2021).

A CID-11, a versão mais recente da CID publicada em 2022, trouxe modificações no diagnóstico do TEA. A nomenclatura foi alterada para Transtorno do Espectro do Autismo para abarcar todos os diagnósticos anteriormente classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento na CID-10 (KERCHES, 2022). Além disso, ocorreram mudanças nos códigos de diagnóstico e subdivisões.

Embora as características do TEA sejam bem documentadas, a causa exata do transtorno ainda não é conhecida, com fatores genéticos e sociais sendo apontados como possíveis influências (ROSA & ALBRECHT, 2021). Compreender essas características é fundamental para a inclusão de indivíduos autistas em ambientes educacionais. Para abordar como as políticas educacionais facilitam essa inclusão, é essencial discutir os aspectos legais que garantem esse processo.

AS LEIS DE INCLUSÃO DO TEA

O texto destaca a importância das políticas e leis que regem a educação e inclusão da pessoa com deficiência, incluindo o espectro autista, no contexto brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foi fundamental ao regulamentar a estrutura educacional e garantir diretrizes específicas para a área educacional, reforçando a educação como um direito de todos.

A Lei nº 13.146 de 2015 assegura a educação inclusiva para todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, visando desenvolver ao máximo os talentos e habilidades das pessoas com deficiência, incluindo aquelas no espectro autista.

A Lei Nº 12.764 de 2012 reconhece a pessoa com transtorno do espectro autista como uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo direitos como acesso à educação e ensino profissionalizante, bem como acompanhante especializado.

Essas políticas e leis buscam efetivar os direitos de grupos sociais marginalizados, incluindo garantias e reparação do Estado nacional no âmbito educacional. Enfrentam-se desafios tanto por parte dos alunos que enfrentam processos de exclusão quanto por parte dos professores e gestores que lidam com novas demandas educacionais.

Estratégias como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) têm sido apontadas em pesquisas como eficazes para auxiliar crianças no espectro autista ao longo da vida, devido à variedade de intervenções que podem ser aplicadas. No próximo tópico, o texto se propõe a explorar mais a fundo o método ABA.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma abordagem científica que se concentra em entender e modificar o comportamento humano de forma significativa e socialmente relevante. Descrita por Baer, Wolf e Risley em 1968, a ABA utiliza os princípios da ciência comportamental para modificar comportamentos através da observação direta, medição do comportamento, identificação de relações entre o comportamento e variáveis ambientais, e implementação de intervenções com base nessas relações.

A ABA se destaca pela ênfase na tomada de decisão baseada em dados. As intervenções são planejadas e ajustadas com base na coleta e análise de dados sobre o comportamento do indivíduo, permitindo o desenvolvimento de estratégias de intervenção personalizadas e a avaliação contínua da eficácia dessas estratégias ao longo do tempo.

Essas intervenções são altamente individualizadas, adaptando-se às necessidades específicas de cada pessoa. Elas visam ensinar novas habilidades, reduzir comportamentos problemáticos e melhorar a qualidade de vida geral do indivíduo. A ABA é comumente utilizada no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também é aplicável a uma ampla variedade de problemas comportamentais em indivíduos de todas as idades e habilidades.

A abordagem da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve uma avaliação abrangente para identificar habilidades e dificuldades específicas da criança, estabelecendo objetivos mensuráveis. Os terapeutas utilizam técnicas como o ensino de novas habilidades, reforço positivo, modelagem de comportamentos desejáveis, dessensibilização e extinção de comportamentos indesejáveis.

O progresso da criança é monitorado de perto e avaliado regularmente para garantir a eficácia das intervenções, ajustando o plano de tratamento conforme necessário. A participação e envolvimento da família são elementos essenciais, com a família frequentemente incluída nas sessões de terapia e nas atividades em casa.

A ABA incentiva a generalização das habilidades aprendidas para diferentes ambientes e situações, assegurando que essas

habilidades sejam aplicáveis na vida diária da criança. Em resumo, a ABA é reconhecida como uma abordagem altamente eficaz para a modificação do comportamento, com sua ênfase em intervenções personalizadas e baseadas em dados, tornando-se uma ferramenta valiosa para abordar uma ampla gama de problemas comportamentais em indivíduos de todas as idades e habilidades, incluindo aqueles com TEA.

Na pesquisa de Silva e Almeida (2021), que investigou a aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e suas contribuições para a inclusão de crianças com autismo, foi concluído que a ABA pode facilitar a vida ativa e autônoma dos alunos no ambiente escolar, contribuindo para a inclusão. No entanto, os autores também destacaram contrapontos encontrados na literatura.

Alguns críticos apontam que a aplicação da ABA pode condicionar o comportamento de forma robotizada. No entanto, diversos autores citados na pesquisa indicam que a ABA permite um trabalho de qualidade que considera a individualidade e as necessidades de cada criança autista, tornando-se significativo para elas. Através desse método, é possível que a criança autista se desenvolva não apenas socialmente, mas também pedagogicamente, emocionalmente e comportamentalmente. (SILVA & ALMEIDA. 2021, p. 6)

Embora a ABA seja destacada por sua eficácia, é crucial considerar que sempre há espaço para melhorias visando atender melhor as crianças autistas, especialmente em termos de inclusão social e afetiva. Brito (2022) enfatiza que a aplicação da ABA facilita a inclusão de alunos com TEA, ao trabalhar de forma abrangente as peculiaridades de cada indivíduo, planejando intervenções com o objetivo de promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Além disso, Sousa et al. (2020), ao investigar a percepção de pais e profissionais sobre a aplicação da ABA em crianças com TEA, descobriu que essa técnica possibilita que a criança adquira habilidades sociais e afetivas, contribuindo para seu desenvolvimento global.

Sim, a revisão bibliográfica reforça a importância da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no ambiente educacional, destacando seu potencial para contribuir para o desenvolvimento cognitivo, autonomia e participação da criança autista. Para alcançar esses benefícios, são necessárias mudanças significativas nas estratégias pedagógicas e no ambiente escolar.

O ESTUDANTE COM TEA

É ressaltado que o TEA abrange uma ampla gama de comportamentos e características, tornando cada experiência única para a criança. Portanto, é fundamental que os professores evitem generalizações e estejam atentos às necessidades individuais de cada aluno com TEA.

Para crianças com traços de autismo leve, é possível que a adaptação à rotina escolar seja mais tranquila com ajustes pedagógicos adequados. No entanto, para crianças com autismo mais severo, que podem apresentar desafios significativos de comportamento que afetam a socialização e a comunicação, são necessárias adaptações mais substanciais.

Para crianças com autismo clássico e deficiência intelectual associada, a adaptação requer um acompanhamento educacional personalizado e individualizado. Nesses casos, a presença de cuidadores especializados desempenha um papel crucial no apoio ao aluno, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de forma adequada.

Essa abordagem personalizada e atenta às necessidades específicas de cada criança com TEA é essencial para promover a inclusão e o desenvolvimento pleno desses alunos no ambiente escolar, permitindo que eles também desfrutem de uma experiência educacional significativa e enriquecedora.

À medida que se aprofunda no entendimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se claro que alguns indivíduos apresentam uma sensibilidade excessivamente elevada, o que pode resultar em grande angústia para eles. Situações que para a maioria seriam normais, como falar em alto volume ou mesmo um simples toque, podem ser percebidas como insuportáveis por essas pessoas. Por conseguinte, é crucial que os educadores estejam vigilantes a esses sinais dentro do ambiente escolar, buscando di-

versas estratégias para fomentar a interação entre crianças com TEA e seus colegas, sempre propondo atividades que promovam o contato de forma natural, sem imposições.

Os professores têm a possibilidade, sempre que viável, de introduzir representações visuais durante as aulas para facilitar a compreensão dos estudantes com TEA, contribuindo para estreitar os vínculos entre educador e aluno. É válido envolver a criança com TEA nas práticas cotidianas e em todas as atividades planejadas, contudo, sem negligenciar as adaptações necessárias.

Uma estratégia para integrar a criança com TEA na sala de aula é convidá-la a auxiliar em pequenas tarefas, como por exemplo, distribuir folhas de papel aos demais colegas, pois essas atividades simples podem promover uma interação significativa com os demais estudantes. Da mesma forma, é essencial que os membros da turma sejam constantemente encorajados a respeitar e ajudar a criança com TEA, de modo a garantir que ela se sinta acolhida no ambiente educacional.

Nesse modelo inclusivo, a criança com TEA não está isolada. Portanto, em situações de dispersão da turma, quando a professora precise elevar o tom de voz para captar a atenção de todos, é importante considerar que o aluno com TEA, devido à sua hipersensibilidade, pode não compreender a necessidade desse aumento de volume, podendo gerar medo a ponto de a criança não querer permanecer na sala de aula. Nestes momentos, é crucial que o professor demonstre compreensão e conhecimento sobre seu aluno.

Outro aspecto que requer atenção por parte do professor é a forma como explica situações para que os alunos com TEA possam compreender. Dado que esses indivíduos podem ter dificuldade com metáforas ou linguagem figurada, todas as explicações direcionadas a eles precisam ser claras e minuciosas, a fim de evitar qualquer desorganização ou mal-entendido.

Durante o processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental que o professor e a equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) incorporem muita inventividade para estimular a criança em sua jornada de aprendizado, o que requer adaptações específicas. A utilização de materiais palpáveis e visuais que possam ser integrados junto à criança atua como um catalisador desse processo educacional. Além disso, é crucial respeitar as preferências individuais das crianças em relação a temas específicos, como trens, dinossauros, aviões, entre outros. Dessa maneira, de forma interativa, é viável proporcionar ao aluno com TEA "uma experiência educativa agradável e positiva" (SILVA et al, 2012, p. 86).

É importante ter em mente que, no contexto da socialização escolar, a criança com TEA pode não compreender que o choro de um colega, ao ter um brinquedo retirado, está relacionado à ação de tirar o brinquedo. Ela pode ter dificuldade em perceber que, ao devolver o brinquedo, o colega para de chorar. Ao invés disso, a criança com TEA pode ficar indiferente, observando o colega chorando sem compreender a causa dessa tristeza.

Esses são sentimentos que o indivíduo com TEA pode ter dificuldade em decifrar, e é nesse momento que o professor ou cuidador deve enfatizar na criança a atitude correta de devolver o brinquedo ao colega para cessar o choro, explicando de maneira simples que sempre que pegar um brinquedo sem permissão e o colega chorar, é necessário devolvê-lo e pedir desculpas. Com isso, a criança será constantemente incentivada a compreender e aprender que é essencial pedir permissão antes de tomar algo emprestado.

No contexto da inclusão educacional no Brasil, há diversas leis e diretrizes que fundamentam a legislação e promovem a igualdade de acesso à educação para todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiências e transtornos, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Alguns dos principais documentos e diretrizes incluem:

1. Constituição Federal de 1988:

No Art. 205, a Constituição estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Art. 206, a Constituição afirma que o ensino será ministrado com base em princípios, destacando o princípio da igualdade

de condições para o acesso e permanência na escola, o que inclui explicitamente pessoas com deficiência ou transtornos, como as crianças com TEA.

O Art. 208, Inciso III reforça a necessidade de garantir atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Além da Constituição Federal, outras leis e documentos importantes que respaldam a inclusão educacional no Brasil incluem:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):

A LDBEN, Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e reforça a necessidade de uma educação inclusiva que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

Esta política reforça a importância da inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema educacional regular.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU):

Ratificada pelo Brasil em 2008, essa convenção reforça os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva e de qualidade.

Essas leis e diretrizes são fundamentais para orientar as práticas educacionais inclusivas no Brasil, garantindo que todos os alunos, incluindo aqueles com TEA, tenham acesso a uma educação de qualidade e que promova seu pleno desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto educacional contemporâneo demanda ações multidisciplinares e abrangentes, que vão além das abordagens puramente pragmáticas, estendendo-se para fora das salas de aula e envolvendo o corpo escolar, famílias, comunidades e órgãos responsáveis. É essencial que as escolas adotem práticas que permeiem os arredores do ambiente escolar, integrando-se de maneira mais ampla com a realidade social e cultural que a cerca.

A formação inicial de futuros educadores é um ponto crucial nesse processo. Os estágios e experiências práticas colocam os estudantes diante de diversas realidades, porém, muitas vezes, essa formação é insuficiente. Alguns cursos ainda apresentam componentes curriculares que deveriam ser obrigatórios apenas como optativos, o que pode resultar em lacunas na preparação dos professores para lidar com a diversidade e inclusão presentes nas salas de aula.

Quando esses profissionais entram em atuação, se deparam com a complexidade das múltiplas diversidades presentes em uma sala de aula regular, que abrangem desde a heterogeneidade até a inclusão de alunos com necessidades especiais. Apesar dos debates e estudos sobre a inclusão na formação dos profissionais, a preparação para lidar com pessoas com deficiência ainda gera insegurança.

É fundamental que haja uma formação especializada que capacite esses profissionais a atender às demandas de uma sala de aula inclusiva. Sem essa preparação adequada, corre-se o risco de ter um aluno com necessidades especiais inserido na sala de aula, porém sem que a inclusão efetiva ocorra. A formação contínua e a atualização constante dos educadores são essenciais para garantir que eles estejam aptos a oferecer um ambiente educacional inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BAER, D. M., WOLF, M. M., & RISLEY, T. R. Some current dimensions of applied behavior analysis. Journal of Applied Behavior Analysis, 1(1), 91-97. 1968.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, (2012). Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

BRITO, R. M., (2022). Aplicação Da Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) na inclusão de crianças e adolescentes autistas em escolas regulares. Trabalho de

conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade de Uberaba.
CÂMARA DOS DEPUTADOS (2014). Estimativas apontam cerca de dois milhões de brasileiros com autismo. Disponível em: Https://www.camara.leg.br/tv/430479-estimativas-apontam-cerca-de-2-milhoes-de-brasileiros-com-autismo. Acesso em 20 out.2024.
COOPER, J. O., HERON, T. E., & HEWARD, W. L. Applied behavior analysis. Pearson. 2020.
COUTINHO, F. T. Desenvolvimento da Comunicação e Linguagem na Criança com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de conclusão de curso - TCC da especialização em Psicomotricidade Clínica e Escolar da UFRN. 2018. Disponível em: Https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44108/3/desenvolvimentocomunica%C3%A7%C3%a3olinguagemcrian%C3%a7a_Coutinho_2018.pdf. Acesso em 23 out.2024.
CUNHA, E. C. AUTISMO E INCLUSÃO. (4A ED.). EDITORA WAK. 2012.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. (4a ed.). Atlas. 2002.
KERCHES, D., (2022). TEA na CID-11: o que muda? Autismo e Realidade. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/2022/01/14/tea-na-cid-11-o-que-muda. Acesso em 27 out.2024.
LAURENTI, R., NUBILA, H. B. V. D., QUADROS, A. A. J., CONDE, M. T. R. P., & OLIVEIRA, A. S. B. (2013). A Classificação Internacional de Doenças, a Família de Classificações Internacionais, a CID-11 e a Síndrome Pós-Poliomielite. Arquivos De Neuro-psiquiatria, 71(9A), 3–10. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0004-282X20130111. Acesso em 28 out.2024.
LERMAN, D. C., & VORNDRAN, C. M. On the status of knowledge for using punishment: Implications for treating behavior disorders. Journal of Applied. Behavior Analysis, 35(4), 431-464. 2002.
MORAES, R; SILVA, M. J. N. L., & VAN-LUME, R. P. (2018). A Importância da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto escolar. II CINTEDI. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA3_ID2666_12082018233701.pdf. Acesso em 28 out.2024.
MORENO, S. (2022). O Censo também vai levantar informações sobre autismo. Disponível em: Https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2022-02/censo-tambem-vai-levantar-informacoes-sobre-autismo. Acesso em 29 out.2024.
OLIVEIRA, D. S. F., & SILVA, A. D. P. R. Autismo e a Educação: ciência ABA (Análise do Comportamento Aplicada) como proposta de Intervenção na educação infantil. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE. 2021.
ROSA, S. O.; & ALBRECHT, A. R. M. (2021). Estudo Sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e sua contribuição para a inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), graus II e III, no Ensino Fundamental I. Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Especial, publicado no repositório UNINTER. Disponível em: Https://repositorio.uninter.com/handle/1/905. Acesso em 27 out.2024.
SILVA, H. J. R., PASSETO, R. D.; & BARCELOS, L. B. Contribuições do método ABA para a criança autista nos anos iniciais do ensino fundamental. Revista da Graduação UNIGOIÁS. 2022.
SILVA, L. S. T. (2021). Contribuições do Método ABA para o desenvolvimento cognitivo e pedagógico da criança com autismo. Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: Https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3797/1/tcc_art_laysasinaratorresdasilva.pdf. Acesso em 28 out.2024.